



## **FACULDADE DE TECNOLOGIA, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO**

### **Graduação**

### **GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

### **INCLUSÃO: ADAPTAÇÃO DE MATERIAL PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL.**

Aparecida Ana Laura Ribeiro

Profª Roberta Granchi Dias Heinzl

### **RESUMO**

Essa pesquisa tem por objetivo estudar sobre a importância, fiscalização e métodos para a realização de adaptações de materiais, para alunos com Deficiência Visual, através de estudo de artigo e pesquisas. A adaptação de material para alunos com Deficiência Visual/Baixa Visão, é fundamental para incluir, dar qualidade e condições adequadas para que esse aluno tenha êxito ao longo da vida escolar. A análise de estudos bibliográficos realizados no Brasil nos últimos quinze anos aponta a urgência em garantir o direito à educação de qualidade, a necessidade de profissionais capacitados para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a importância da fiscalização para o cumprimento das políticas inclusivas. Todos selecionados no banco de Teses e Dissertação da SciELO Brazil e CAPES. Os estudos apontam a importância e direito que o aluno com Deficiência Visual (serve para alunos com qualquer deficiência), a necessidade de profissionais capacitados e preparados para receber e acolher esses alunos. Além de oferecer qualidade no ensino, ao incluir de forma integral o aluno, também melhora o bem-estar dessa criança, ao se sentir incluído e capaz.

**Palavras-chave:** inclusão; deficiência visual, adaptação de material, direito, qualidade de ensino.

### **ABSTRACT**

This research aims to study the importance, oversight, and methods for adapting materials for students with visual impairments, through the study of articles and research. Adapting materials for students with visual impairments/low vision is fundamental for inclusion, providing quality education, and ensuring adequate conditions for these students to succeed throughout their school life. The article presents studies conducted in Brazil over the last fifteen years, all selected from the SciELO Brazil and CAPES databases of theses and dissertations. The studies highlight the importance and right of students with visual impairments (this applies to students with any disability), the need for qualified and prepared professionals to receive and support these students, and the importance of oversight to ensure these rights are fulfilled. In addition to offering quality education, the comprehensive inclusion of the student also improves the well-being of the child, making them feel included and capable.

**Keywords:** Inclusion; visual impairment; adaptation of materials; rights; quality of education.

### **Introdução**

A Educação Inclusiva é um modelo educacional que visa garantir o direito a todas as pessoas com deficiência, necessidades especiais ou pessoas em situação de vulnerabilidade à educação, dentro da rede regular de ensino. O objetivo é que todos incluam e aprendam juntos, sem fazer a exclusão dessas pessoas. Garantir acessibilidade no espaço físico, pedagógico, social, digital; adaptação curricular, formação e capacitação para professores; combater preconceitos dentro das unidades que recebem esses alunos.

Fazer a adaptação de material para alunos que necessitam da adaptação é fundamental, pois garante que eles possam aprender de forma justa e significativa, respeitando seus limites e habilidades. Cada aluno tem que ser tratado de forma única, de acordo com cada necessidade, por isso devemos olhar com cuidado e atenção. A importância está em valorizar o potencial do aluno dentro dos seus limites, motivar, dar confiança e autoestima, promover equidade, evitar a exclusão do aluno durante as atividades do cotidiano e na sala de aula, visando sempre na necessidade do aluno de forma individual

Desafios são encontrados na falta de formação adequada para formar profissionais competentes, instalações para receber esses alunos, adaptação curricular e outras inúmeras irregularidades que acompanham essas crianças ao longo da vida e como as diferenças e “barreiras” são tratadas no contexto escolar.

A inclusão tem desafiado a sociedade de modo geral, tendo que refletir diariamente em que podemos contribuir para incluir e ensinar nossas crianças a ter empatia e como lidar com situações de exclusão dentro das escolas, assim promovendo crianças e cidadãos de bem, como é o objetivo das escolas. A inclusão traz consigo uma problemática histórica, uma vez que a exclusão de crianças com necessidades especiais já perdura a muito tempo.

Sabemos que tudo muda o tempo todo, formações para professores, novas plataformas para “otimizar” o aprendizado dos alunos, cobrança para que as escolas mostrem resultados bons, livros e mais livros, avaliações enviadas prontas para que sejam apenas aplicadas e nada adaptado para alunos com deficiência visual (nem qualquer outra adaptação), professores e auxiliares fazendo tudo que podem sem suporte nenhum, com alunos extremamente capazes e sem material adequado. Alunos com deficiência visual em escolas com vários andares onde o elevador não é seguro e vive em manutenção, sem acessibilidade necessária. Escolas com profissionais que excluem os alunos que precisam de mais atenção, que não fazem adaptações nas aulas e atividades feitas por eles. Mas todos com uma fala impecável sobre inclusão.

Direito a escola e permanecer nela são para todos, por isso, a problemática, pauta-se em quem supervisiona o que acontece com esses alunos? O que falta para ter inclusão para esses alunos com deficiência visual? Quem é responsável por alunos de inclusão dentro das redes de ensino regular?

Esse artigo se baseia no levantamento bibliográfico, abordando importantes tópicos, a fim de se apresentar características, o contexto histórico, conceitos, dificuldades e avanços da efetivação da inclusão e adaptações de material. O estudo será abordado trazendo a opinião de importantes autores, para esclarecer o assunto de forma didática e prática.

A pesquisa tem como objetivo o estudo da Educação Inclusiva e os desafios para inclusão de alunos com necessidades específicas, tendo como principal tema de estudo a adaptação de materiais para alunos com deficiência visual. O interesse por educação inclusiva surgiu a alguns anos atrás, foi o que me levou a fazer pedagogia, ao longo dos estágios e trabalhando diretamente com alunos especiais, pude perceber a dificuldade que esses alunos enfrentam durante a vida acadêmica.

## **Objetivo**

### **1. Objetivo geral**

Analisar as dificuldades encontradas ao incluir alunos com deficiência e necessidades especiais e ao realizar adaptações necessárias para alunos com deficiência visual da rede regular de ensino.

#### **1.1 Objetivos específicos:**

- a) Realizar pesquisas bibliográficas referentes a educação inclusiva e a importância de fazer a adaptação de materiais para alunos com deficiência visual;
- b) Investigar a formação e métodos utilizados pelos professores para aplicar a inclusão no ensino regular;
- c) Analisar os impactos que esses desafios podem causar na vida acadêmica dos alunos com deficiência ou necessidades especiais.

## **2. Fundamentação Teórica**

### **2.1 Fundamentação da Educação Inclusiva.**

O tema em discussão é um paradigma para o atendimento dos alunos com fundamento à prática dos professores docentes em sala de aula, assim, fornecendo maior acessibilidade facilitando a vida escolar dos educandos.

Com isso, se faz necessário dar condições e suporte instrucionais e pedagógicos para que chegue esses princípios ao ambiente escolar, revendo as práticas educativas nas salas de aula. No entanto, é importante que a escola tenha planejamento para que possa implementar a educação inclusiva que é direito do aluno.

O atendimento dos alunos com deficiência visual deve ser pensado de modo a complementar sua formação por meio de recursos pedagógicos, estabelecendo maneiras de eliminar obstáculos que prejudicam o aluno a participar das atividades diárias na escola.

Partindo desse pressuposto, os recursos pedagógicos devem ser adaptados de acordo com a necessidade de cada estudante, que permitem o acesso ao currículo auxiliando no processo de ensino e aprendizagem. Assim, a adaptação de material em relevo a um material didático adaptado que atende a diversidade no processo pedagógico dos estudantes com deficiência visual.

A fundamentação teórica da Educação Inclusiva no Brasil foi profundamente moldada por documentos internacionais, um dos mais importantes é a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), feita na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada na Espanha, é conhecida como um divisor de águas, que impulsionou a transformação dos sistemas educacionais para inclusão.

A Declaração de Salamanca estabeleceu o princípio fundamental de que todas as crianças têm direito à educação e que as escolas regulares, com uma orientação inclusiva, constituem o meio mais eficaz para combater atitudes discriminatórias, construir uma sociedade inclusiva e alcançar a educação para todos. "Dentro das escolas inclusivas, crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer suporte extra requerido para assegurar uma educação efetiva."

(UNESCO, 1994, p. 7 - Princípio 7)

Os mais diversos recursos didáticos contribuem para o processo de ensino e de aprendizagem do ser humano. Ao que diz respeito aos alunos com deficiência visual, eles são de suma importância, uma vez que dão acesso ao conhecimento, de modo que atenda às necessidades destes educandos.

Destaca-se, neste contexto, que os materiais adaptados em relevo são recursos didáticos que quebram paradigmas e permitem o acesso às informações ilustrativas contidas nos materiais didáticos, tais como: mapas, figuras geométricas, gráficos, desenhos, entre outros. Conduzindo assim, a aprendizagem e o desenvolvimento de diferentes habilidades.

“A utilização de livros Braille para a criança cega proporciona excelente base de informação e assimilação de experiências significativas, em que ela [...] desenvolve sua habilidade tátil, toma conhecimento de seu meio, estabelece comparações, descobre o prazer pela leitura, corrige concepções errôneas, sendo assim levada a despertar novos interesses.” (FCEE, 1999, Apud Normativas Técnicas do Centro de Apoio Pedagógico e Atendimento para Pessoas com Deficiência Visual, 2008, p. 14)

Os livros em Braille são recursos fundamentais, não apenas para a alfabetização, mas também para o desenvolvimento cognitivo e a autonomia da criança cega. Eles permitem o acesso direto à forma escrita da língua (ortografia, pontuação, estrutura). É o único sistema de leitura natural que permite à criança cega aprender a ortografia e a estrutura da língua, tocar as palavras e entender a organização do texto, desenvolver a percepção tátil que ajuda a interagir com o mundo.

## 2.2 Competências da BNCC, inclusão de qualidade e adaptação de material.

É importante que as adaptações de material, sejam adaptadas levando em conta as habilidades e competências necessárias da BNCC, para assegurar o direito à aprendizagem e desenvolvimento sendo duas as principais:

Competência geral 1	Conhecimento	Busca valorizar e utilizar conhecimentos sobre o mundo físico, social, cultural e digital.
Competência geral 4	Comunicação	Uso de diferentes linguagens verbais como oral e visual-motora, libras, por extensão, as adaptações visuais (ampliação e contraste) e táteis (relevos) para partilhar informações e ideias.

**Fonte:** autoria própria, a partir dos dados encontrados no banco de teses e dissertações da SciELO e CAPES.

Assim, as adaptações de materiais é um instrumento didático e pedagógico para alunos com Baixa Visão, que contribui e assegura os direitos ao desenvolvimento e

aprendizagem das competências definidas na BNCC, onde visa transformar o ensino regular em um sistema educacional inclusivo. A escola deve fornecer aos alunos atividades propostas no currículo, uma vez que seu aluno precisa dessa individualidade, a adaptação de material é o caminho para que ele possa ter um ensino de qualidade e absorva os conhecimentos e competências previstos na BNCC. Com materiais em fonte ampliada, alto contraste (cores fortes e contrastantes) e o uso de Tecnologias Assistivas-TA (Sá, Campos e Silva, 2007).

É preciso ver as necessidades individuais e específicas de cada aluno, não basta apenas ampliar a fonte escrita e espaço, deve se manter atento as particularidades do aluno de acordo com seu resíduo visual, a adaptação de material evita a defasagem no aprendizado e permite que esse aluno alcance seu potencial acadêmico, demonstra respeito, empatia e valorização desses alunos, combatendo a segregação e isolamento do aluno, fomentando a autoconfiança, autonomia e autoestima dos mesmos (Canejo e Fogli, 2007). Com isso, a BNCC espera do professor a mobilização de conhecimentos, uma lacuna é a Formação Continuada, que é um desafio amplamente conhecido, uma vez que muitos profissionais não estão preparados para essa flexibilização curricular, adaptação de estratégias, para que o aluno consiga chegar nos objetivos definidos na BNCC.

“A formação em educação inclusiva fomenta “[...] uma mudança de postura dentro das escolas em relação ao outro e como transformação de ideias e concepções sobre questões relacionadas à Educação Inclusiva e ao sujeito com deficiência visual/cegueira” (ZIESMANN, FRISON, 2021, p. 77).

A inclusão escolar é um direito inalienável do aluno deficiente. O problema não é o aluno com baixa visão, é a escola que não se adapta e não oferece um ensino de qualidade. O professor docente, juntamente com professor de AEE deve se organizar e adaptar o material necessário para que o aluno possa realizar as atividades propostas em sala de aula, com tecnologias assistivas, recursos óticos e não óticos, assim o aluno tem acesso ao currículo, A Educação especial tem que ser vista como um serviço prestado para o aluno, não como lugar onde o aluno deve estar. A adaptação de material para alunos com baixa visão é qualidade de ensino, reconhecer a diferença, garantir a igualdade do acesso ao conhecimento, que é por direito, do aluno. “Mantovan vai ao encontro da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, de 2008. Ela defende que “incluir é não deixar ninguém de fora” e a necessidade de quebrar paradigmas impostos ao longo dos anos e a

adaptação não é apenas "fazer mais" e sim "fazer diferente para garantir a igualdade de acesso". (Mantoan, 2003).

"Conceber e tratar as pessoas igualmente esconde suas especificidades. Porém, enfatizar suas diferenças, pode excluí-las do mesmo modo. [...] Distinguir diferença de diversidade é um primeiro passo. A diferença tem natureza multiplicativa e não se reduz à identidade – a diferença vai diferindo e se reproduzindo. A diversidade tem a ver com o idêntico e, portanto, com o existente, o imutável." (MANTOAN, 2013, p. 1)

Dessa forma, a inclusão se estabelece como um processo de transformação da escola e do sistema de ensino, que deve flexibilizar suas estruturas e métodos para acolher a diversidade humana e garantir o aprendizado de todos os estudantes, respeitando suas especificidades e ritmos.

### **2.3 Fiscalização, compromisso e igualdade para inclusão.**

Segundo Prado (2006), é responsabilidade do Estado, assegurar o direito e a qualidade do ensino para esses alunos, segundo a Constituição Federal e a BNCC. Partindo desse ponto é indispensável a fiscalização na rede de ensino, garantir a inclusão dos alunos desde material individualizado, acessibilidade nos espaços físicos das escolas. Eles são responsáveis por verificar os seguintes pontos:

- Formação e qualificação dos professores;
- Acesso aos Atendimentos Educacional Especializado (AEE), -  
Disponibilidade de materiais adaptados.

Sendo assim, um ensino com qualidade só se concretiza, quando são atendidas todas as necessidades do aluno, garantindo sua participação plena e ativa nas aulas, absorvendo conhecimentos e se desenvolvendo integralmente. A atuação dos profissionais de Atendimento Educacional Especializado é fundamental para que o professor tenha suporte, adapte e inclua integralmente esse aluno durante as atividades em sala de aula, dar todo suporte e técnicas, seja para pequenas ou grandes adaptações, é o profissional do AEE que ele realiza o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino" (Art. 208, inciso III).

**Tabela:** A Necessidade de Fiscalização e o Cumprimento Legal: Fiscalização e a necessidade de que os direitos (Lei 9.394/96, 13.146/15, Declaração de Salamanca) sejam garantidos pelo Estado Responsáveis por fiscalizar os direitos da inclusão.

<b>Agente/Instância</b>	<b>Fiscalização</b>	<b>Papel</b>
<b>Ministério Público</b>	É o principal órgão responsável pela fiscalização e defesa dos direitos sociais.	É um guardião da lei, intervém em casos de descumprimento de lei, omissão e negação de inclusão.
<b>Conselho de Educação</b>	Fiscalizam as a aplicação das políticas de Educação Especial.	Esclarecer resoluções dos conselhos sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE).
<b>Secretária de Educação</b>	São responsáveis pela organização e oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e pela disponibilidade das Salas de Recursos Multifuncionais.	Fornecer materiais adaptados e cuidar dos documentos oficiais sobre a política da inclusão.
<b>Família (cidadão)</b>	Podem (e devem) fiscalizar e fazer denúncias a falta de cumprimento das leis (controle social).	Papel ativo na comunidade e em organizações não governamentais. Importantes na fiscalização dos direitos.

Fonte: autoria própria, a partir dos dados encontrados no banco de teses e dissertações da SciELO e CAPES.

### 3. Metodologia

Essa pesquisa é de natureza qualitativa com abordagem exploratória, realizada por meio de estudo de pesquisas e artigos, inicialmente, buscou-se utilizar os últimos estudos produzidos no Brasil, nos últimos quinze (15) anos, em especial, aqueles produzidos pelos programas de pós-graduação em Universidades públicas, disponíveis no banco de Teses e Dissertação da SciELO Brazil e CAPES. As palavras chaves utilizadas foram “materiais adaptados” chegando a cinquenta e sete (57) resultados de artigos, na busca de reduzir e classificar esses artigos, filtrando para os últimos dez (10) anos, artigos nacionais e obtive dez resultados, desses (10) apenas seis (6) foram utilizados na pesquisa. Para mais observações de artigos, busquei por “materiais adaptados”, o resultado de buscas foi quarenta e sete (47), filtrando para os últimos quinze (15) anos, artigos nacionais, o resultado da pesquisa foi para sete, desses sete (7), apenas um (1) foi utilizado na pesquisa, esses artigos foram retirados no site SciELO Brazil.

Assim, além desses artigos a pesquisa também será realizada com base na Declaração de Salamanca, adotado na conferência Mundial sobre necessidades Educativas Especiais em 1994 e a DIOESC- Diretoria da Imprensa Oficial e EDITORA de Santa Catarina em 2011 e autores como Mantoan (2003), Canejo e Fogli (2007), Sá, Campos e Silva (2007), Prado (2006)

Assim os dados serão coletados para estudo e análise com base em autores e lei, já mencionados acima, podendo chegar a uma conclusão ou o mais próximo dela.

Tabela

com os artigos utilizados na pesquisa:

<b>TÍTULO/ANO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>OBJETIVO DO TRABALHO</b>
Atuação de professores do ensino itinerante face a inclusão de crianças com baixa visão a educação infantil 2007	Canazza Maria Julia Dall'Acgua	Investigar aspectos relativos às necessidades de professores itinerantes, participantes de um programa de formação, acompanhantes
		de aulas com baixa visão.
Software xLupa – um ampliador de tela para auxílio na educação de alunos com baixa visão 2011	Jorge Bidarra, Clodis Boscaliori, Sarajane Marques Peres.	Com o aumento da utilização de computadores nas escolas, a necessidade de inclusão de alunos com necessidades especiais e a era da tecnologia, xLupa uma ferramenta utilizada com alunos de baixa visão nas escolas, promovendo a acessibilidade e inclusão desses alunos.

<p>O ensino da literatura na formação leitora de aluno com deficiência visual dos anos iniciais</p> <p>2024</p>	<p>Maria Sueneide da Silva Colares,</p> <p>Cesar Alessandro Sagrillo Figueiredo.</p>	<p>Revisa a importância do material adaptado e tecnologias assistivas (de baixo custo), para inserir a literatura em alunos com Deficiência Visual, nos anos iniciais, com materiais de texturas em relevo.</p>
<p>Formatação ilustrativa e descritiva de estratégias e recursos pedagógicos para o ensino de alunos cegos e com baixa visão em ambientes inclusivos.</p> <p>2014.</p>	<p>Manoel Osmar Seabra,</p> <p>Maria Luiza Salzani Fiorini,</p> <p>Eduardo José Manzini.</p>	<p>Objetivou-se identificar, caracterizar e interpretar, recursos e proposições que descrevam estratégias de ensino para alunos cegos e com baixa visão (a ideia é que todos participassem de uma aula de Educação Física).</p>
<p>Tecnologias assistiva para discentes com Deficiência Visual: Inclusão e Direitos Humanos. 2025</p>	<p>Marilui Groba Andres Ribeiro,</p> <p>Haydêa Maria Marino Sant Anna Reis.</p>	<p>Este estudo se fundamenta na legislação nacional referente à educação inclusiva e investiga as TDA em uso por alunos no ensino para traçar um panorama sobre os desafios e perspectivas da garantia dos direitos humanos de alunos com DV no Brasil.</p>
<p>Convivendo com a Diferença: A inclusão escolar de alunos com</p>	<p>Natali Sala da Silva</p> <p>Thereza Cristina Bastos Costa de Oliveira</p>	<p>Tem como objetivo refletir sobre o Atendimento Educacional Especializado</p>
<p>Deficiência Visual.</p>		<p>para estudar com estudantes com Deficiência Visual, nos anos iniciais do ensino fundamental.</p>

<p>Guia prático de adaptação em relevo. 2011.</p>	<p>Barbara Karolina Araújo, Berenice Kretzer Borges, Jussara da Silva, Marcelo Lofi, Maria Denise Mendes Araújo, Tamara Joana Casarin.</p>	<p>O objetivo do guia é dar suporte, fundamentação pedagógica e acessibilidade que possam colaborar para que os docentes façam adaptações em relevo para alunos que precisam de adaptação de material, revendo a prática educativa dentro da sala de aula.</p>
---	--	--

**Fonte:** autoria própria, a partir dos dados encontrados no banco de teses e dissertações da SciELO e CAPES.

## 1. Discussão dos resultados obtidos

Análise de estudos:

A análise dos artigos e pesquisas confirma a tese de que a inclusão de alunos com Baixa Visão, apesar de ser um direito legalmente estabelecido, enfrenta sérias dificuldades de execução no cotidiano escolar. É notável a persistente lacuna entre a teoria e a prática, que se manifesta na falta de políticas públicas efetivas, planejamento, fiscalização e, principalmente, na insuficiência de formação continuada e capacitação de profissionais para oferecer um ensino de qualidade (Cansada Dall'Acqua, 2007; Ziesmann e Frison, 2021).

Embora a Declaração de Salamanca (1994) defenda a educação inclusiva como direito, valorizando a diversidade e exigindo que as escolas se adaptem para acolher e garantir a permanência desses estudantes, as barreiras continuam.

O estudo de Bidarra, Boscaliori e Peres (2011) sobre Software xLupa demonstra que a Tecnologia Assistiva (TA), como as ferramentas de ampliação de tela, é um recurso valioso para a acessibilidade. No entanto, mesmo com o acesso a tais ferramentas, os estudantes necessitam de planejamento individualizado e de um profissional devidamente capacitado para instruir, adaptar e planejar as atividades. Ou seja, a TA não substitui o papel do professor e do AEE; ela deve ser um facilitador integrado ao plano pedagógico individual do aluno.

Em suma, é possível constatar que as principais barreiras ao desenvolvimento integral dos alunos com Deficiência Visual são a falta de formação dos profissionais da educação sobre o tema, o pouco conhecimento acerca das Tecnologias Assistiva e a urgente ampliação dos recursos escolares (materiais, físicos e humanos).

Apesar dos desafios, a temática tem sido cada vez mais explorada pela comunidade científica. Com o suporte teórico das políticas públicas de inclusão, a perspectiva para a garantia dos direitos humanos na área educacional para esses alunos é positiva, mas exige ação. Leis existem e pesquisas constantemente abordam a importância da inclusão plena; cabe ao Estado e à sociedade garantir que o direito seja de fato concretizado.

### **Considerações Finais**

Considerando todas as informações analisadas neste trabalho, pode-se dizer que existem leis que asseguram o direito desses alunos com Deficiência Visual a uma educação integral de qualidade, focada na formação completa do indivíduo e a fundamental importância de profissionais que estejam preparados, capacitados e recebam suporte institucional, para receber esses alunos. A falta de estrutura adequada, formação docente continuada, acessibilidade, material para realizar adaptações e fiscalização direta nas escolas, que une a teoria a prática, pode ser que seja um fator que contribuí para que muitas vezes aconteçam a segregação social desses alunos, ou até mesmo a exclusão deles. Portanto, a pesquisa bibliográfica confirmou que os principais desafios residem na falta de formação docente continuada, na insuficiência de recursos tecnológicos e materiais adaptados e na necessária intensificação da fiscalização por parte dos órgãos competentes (Ministério Público e Conselhos de Educação) para que a legislação seja efetivamente cumprida, transformando o direito em prática pedagógica cotidiana.

### **Referências**

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linhas de ações sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994. BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva. MEC/SEESP, 2008. SÁ, Elizabet Dias; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, M. B. Campolina. Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual. MEC, SEESP, 2007. SANTA CATARINA. Fundação Catarinense de Educação Especial. Normativas Técnicas do Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas Deficientes Visuais. São José: FCEE, 2008

BRASIL. Decreto n 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 18 nov. 2011.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. (Estatuto da Pessoa com Deficiência – LBI). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

GARCIA, Patrícia Silva. O professor e a inclusão: concepções, formação e práticas. 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

MELETTI, Silvia Márcia Ferreira. Paradoxos da formação de professores para a educação especial. Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru, v. 10, n. 2, p. 139-159, maio/ago. 2004.

NOGUEIRA, Maria Inês; COUTINHO, Maria da Penha de Lima; FALCONE, Eliane de Castro. O apoio Paideia como metodologia para processos de formação em saúde. Paidéia (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 28, n. 4, p. 11-19, dez. 2018.

OLIVEIRA JÚNIOR, Antonio Paulino de; SFORNI, Marta Sueli de Faria. Critérios e formas de adaptação curricular para alunos com deficiência visual na rede regular de Ensino. Educação em Foco, [Uberaba], v. 21, n. 34, p. 263-281, maio/ago. 2018.

ORRICO, S. R. M.; CANEJO, L.; FOGLI, B. B. A utilização do livro didático adaptado para alunos com baixa visão. In: SÁ, E. D.; CAMPOS, M. I.; SILVA, C. B. M. (Org.). Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual. Brasília: MEC, SEESP, 2007.

PRADO, L. S. Sala de recursos para deficientes visuais: um itinerário, diversos olhares. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SÁ, E. D.; CAMPOS, M. I.; SILVA, C. B. M. Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual. Brasília: MEC, SEESP, 2007.

SILVA, L. D.; LIMA, S. P. D. O uso de tecnologias assistivas no processo de ensinoaprendizagem de alunos com deficiência visual. Revista Ifes Ciência, [Vitória, ES], v. 5, n. 1, p. 71-86, jan./jun. 2019.

SILVA, Maria Aparecida da; MELETTI, Silvia Márcia Ferreira. Educação especial na perspectiva inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru, v. 20, n. 4, p. 579-594, out./dez. 2014.

ZIESMANN, L. R.; FRISON, L. M. B. A formação de professores em educação inclusiva e deficiência visual: contribuições para a prática pedagógica. Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru, v. 27, [n. 4, p. 649-668, out./dez.], 2021.